



ALDEIAS
DE CRIANÇAS SOS

Plano de Ação e Orçamento 2026

novembro 2025



Mensagem da Direção



Filipe Carnall

Presidente das
Aldeias de Crianças
SOS em Portugal

Caros Sócios,

Todos os planos e orçamentos têm um grau de incerteza que nos é trazido pela nossa envolvente. Estamos habituados a isso a sabemos como ultrapassar. Em 2026, para além destas incertezas habituais, temos algumas específicas da nossa Associação: as alterações de Bicesse, a eventual alienação de património que já não está a uso (ex. residência sénior), a situação da nossa Federação Internacional e a reformulação do financiamento com a Segurança Social. Todos estes aspetos vão requer decisões da nossa Associação. Estas decisões serão tanto melhores quando maior o envolvimento e participação dos Sócios. É intenção deste Conselho Diretivo solicitar a vossa participação, individual ou em grupo, à semelhança da recente sessão de 26 de setembro.

A reformulação dos acordos com a segurança social, quando implementado em pleno irá permitir chegar a mais 40% de crianças e jovens e suas famílias. E no meio das incertezas, é a certeza de podermos cuidar destas crianças e jovens é que nos dá alento para ultrapassar obstáculos continuar a obra iniciada há 60 anos por duas senhoras excepcionais.

Bem hajam,

Filipe Carnall



A nossa Associação

O caminho iniciado em 2025

Em 2025, a nossa Associação atravessou um período de transição marcado internamente por mudanças dos titulares dos órgãos sociais, designadamente o Conselho Diretivo, que iniciou o seu mandato em janeiro, e também por substituições nas lideranças e alterações na estrutura organizacional, nomeadamente na Direção Geral, no Departamento Financeiro e no Departamento de Programas.

A nível do enquadramento legal e normativo que rege a atividade da Associação registaram-se igualmente transformações importantes e estruturantes, que ainda não estão totalmente estabilizadas, e cujo impacto, nomeadamente a nível de financiamento, é ainda bastante indefinido. Referimo-nos à publicação das Portarias 450/2023 de 22 de dezembro, da Portaria 95/2024/1 de 11 de abril e à portaria nº.197/2025/1, de 21 de abril.

Neste contexto decorreu um processo exigente, ainda em curso, de Remodelação do Modelo de Financiamento com o Instituto da Segurança Social (ISS) a propósito do processo de Requalificação e Capacitação das Casas de Acolhimento (RECAP). Este processo representa um momento muito atípico no grau de incerteza relativamente aos financiamentos por parte do ISS.

Trata-se, não de um ajuste de inflação nos valores dos acordos de cooperação, mas sim de uma redefinição integral dos valores e modelo de financiamento dos mesmos. A implementação do RECAP tem requerido uma planificação particular assegurando a manutenção das nossas respostas sociais na área de Programas, antecipando o reajuste de capacidade no acolhimento residencial (processo de desinstitucionalização) e a reafecção de verbas liberas, por esse motivo, à abertura de novas respostas em linha com a estratégia nacional e internacional para a Infância e Juventude.

O Plano e Orçamento para 2026 reflete a necessidade de transição, ou seja, procura conjugar a integração operacional de ações e orientações transformativas que visam a adaptação e o fortalecimento da Associação, em preparação para o futuro, com o garantir os meios e a estabilidade necessária para o funcionamento sem sobressaltos da organização. Dá-se continuidade às ações transitadas do Plano de 2025, atualizando e afinando onde necessário, e incorporam-se novas ações que confirmam a aproximação à visão definida na Estratégia Nacional 2025-28 (Cf. Página 3). Em simultâneo, abre-se espaço para a reconfiguração da Associação, nomeadamente para novas dinâmicas organizacionais, sempre visando o crescimento e o reforço do cumprimento da nossa missão.



Representação desta fase de redefinição e preparação foi o próprio processo de planeamento e orçamentação que contemplou um aumento do envolvimento e compromisso de todas as equipas, partindo da definição de objetivos, ações, recursos necessários e incluindo a definição de novas dinâmicas de controlo orçamental.

Em 2025 mantivemos as respostas sociais vigentes, com aumento significativo de capacidade para jovens em autonomia e para crianças em acolhimento familiar; e preparámos todo o licenciamento para que em 2026 possamos abrir cinco novos Apartamentos de Autonomia, dois Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e um novo projeto, denominado Anos Incríveis, para o fortalecimento das competências parentais e da relação de vinculação em famílias com crianças até aos 6 anos. As duas primeiras respostas sociais mencionadas carecem de aprovação de licença pela Segurança Social, estando incluídos nas negociações de reafecção com a Segurança Social.

No quadro abaixo encontram-se dados sobre o impacto das respostas desenvolvidas em 2025 e a previsão para 2026 na hipótese de se efetivar a remodelação do modelo de financiamento pela Segurança Social.

Resposta Social ¹	2025			2026 – Ano Completo		
	Nº	Nº Crianças/Jovens	Entidade Co-financiadora	Nº	Nº Crianças/Jovens	Entidade Co-financiadora
CAR	3	58	ISS 35%	3	40	ISS 40%
CAFAP	4	275*		5	350**	
AA	2	9		7	32	
EAS	2	75		2	85	
AF	1	6		1	24	
Anos Incríveis	-	-	-	1	70	Generali (100%)
TOTAL	12	423		19	601	

* 180 famílias em Acordos de Cooperação; ** 230 famílias em Acordos de Cooperação.

Em 2025 houve ainda um aumento da representação da Associação em ações que nos posicionam de forma muito relevante nas decisões nacionais e internacionais para a infância, incluindo envolvimento em grupos de trabalho do Estado e negociações com Secretaria de Estado, que assim se prevê continuar no próximo ano, amplificando o impacto da nossa atuação a toda a infância. De relevo ainda a redação de dois capítulos em livros de elevada relevância académica nos temas de proteção à infância e direitos humanos².

¹ CAR – Casa de Acolhimento Residencial; CAFAP – Centro de Apoio Familiar; AA – Apartamento de Autonomização; EAS – Equipa de Autonomia Supervisionada; AF – Acolhimento Familiar

² Livros: Proteger os Direitos e Proteger as Crianças e Jovens em Perigo da Editora Almedina, e Migrações Contemporâneas, Direitos Humanos e Justiça da Editora Pactor.



Em 2025, ao nível do **património** e de maior relevância para seguimento em 2026, assinalam-se quatro eventos principais:

- Primeiramente a venda da Quinta de Rio Maior, cuja verba se prevê afetar a respostas sociais no distrito de Santarém. O diagnóstico e negociações para estas novas respostas, estão a ser feitos em conjunto com o Centro Distrital de Santarém. Dada a morosidade destes processos, acredita-se que se possa efetivar a abertura apenas em 2027, carecendo no próximo ano de permanente acompanhamento e negociação.
- Segue-se o desenvolvimento do diagnóstico e planificação dos Planos de Acessibilidade das três Aldeias de Crianças SOS, cuja implementação está prevista na portaria 450/2023 de 22 de dezembro. A sua execução está agora dependente da análise da Unidade Técnica de Arquitetura e Engenharia de cada respetivo Centro Distrital, prevendo-se que ocorra em 2026 com o apoio da Fundação Bechgaard.
- Como terceiro ponto crucial a dar seguimento temos o estudo sobre o terreno e instalações do Centro Sénior bem como do património livre no terreno da Aldeia de Crianças SOS de Bicesse. As sessões participativas com sócios e colaboradores têm trazido o envolvimento de todos, assegurando a visão de uma Associação com um futuro construído por todos.
- Por fim, no último trimestre do ano prevê-se a aquisição do segundo apartamento na Guarda, com o intuito de se afetar a Apartamento de Autonomização com negociações a decorrer com Segurança Social em 2026.



Prevê-se, assim, a continuidade do pensamento estratégico sobre o património, com um olhar crítico sobre os investimentos e desinvestimentos que amplifiquem a possibilidade de se abrirem para a infância vulnerável respostas cuja necessidade emerge e que podem não estar contempladas pela Segurança Social.

Todos estes desafios de transformação e maturação estão enquadrados na Estratégia Nacional para a nossa Associação conforme quadro resumo seguinte:

Estratégia Nacional 2025-2028

 Projetos Estratégicos	Prioridade 1: Qualificar e Inovar a nossa ação	Prioridade 2: Afirmar um movimento de Salvaguarda Infantil	Prioridade 3: Fortalecer a Saúde Organizacional	Prioridade 4: Somos porta-vozes de uma só Marca	Prioridade 5: Garantir a sustentabilidade financeira e ambiental
	PE1. Centro para o Desenvolvimento e Conhecimento	PE4. Compromisso com um ambiente organizacional para a salvaguarda	PE5. A jornada do colaborador	PE8. A uma só voz: alinhamento na comunicação e propósito.	PE9. Consolidação dos Procedimentos Financeiros
	PE2. Acompanhar necessidades reais da CJ em vulnerabilidade: novas respostas.		PE6. Tu contas. Empoderar o colaborador e bem-estar.		PE10. Desenvolvimento de uma Política Ambiental
	PE3. Inovar com a Governança de Dados e Tecnologias de Informação		PE7. Associa-te: Potenciar o Envolvimento Associativo.		PE11. Diversificação dos canais de Receitas e Fidelização

Em maio de 2025 realizou-se um encontro de lideranças da Associação que teve como objetivos, por um lado, fazer um ponto de situação das ações em curso no ano, e por outro, o kick-off da planificação e orçamentação de 2026, alinhando desde logo os principais objetivos de maturação, investimento e crescimento de forma integrada entre áreas.

Desta forma, o Plano de Ação de seguida apresentado reflete uma síntese e sistematização das Iniciativas Centrais (IC) que se propõem para 2026, sendo indicado em cada uma, em código, quais o(s) Projeto(s) Estratégico(s) (PE) nos quais se alinham e impactam.

Plano de Ação 2026

IC 1. Implementação das diretrizes para **Estratégia para a Infância**: responder às necessidades das crianças reais do Sistema de Promoção e Proteção (com impacto nos PE1, PE2 e PE4):

IC1.1. Terminar o processo de implementação do novo modelo de financiamento com a Segurança Social (incluído no RECAP), com acordo para 5 novas respostas sociais, com um impacto de mais 18 vagas de acolhimento em autonomia para jovens, e para mais 75 crianças e suas famílias no Fortalecimento Familiar (com média estimada de 80 adultos cuidadores).



IC1.2. “Intervir a montante” - investir na prevenção primária das situações de vulnerabilidade e abuso, desenvolvendo o Projeto Anos Incríveis³ (mais 70 famílias previstas de impacto) e análise de viabilidade e modelo para dois Centros de Apoio à Vida (para 9 mães em vulnerabilidade com crianças dos 0-3 anos).

IC1.3. Aposta numa maior divulgação do acolhimento familiar: duplicação do número de acolhimentos.

IC1.4. Término da Avaliação e Planificação e Integração Comunitária de uma Casa de Acolhimento Residencial.

IC1.5. Arranque da Academia SOS com certificação de formação: assegurar 50 horas de formação aos colaboradores de programas.

IC1.6. Promoção do envolvimento em decisões políticas para a infância: posicionamento efetivo em grupos de trabalho, movimento e eventos públicos, bem como plano de comunicação com intencionalidade pró-causa.

IC1.7. Desenvolvimento dos Essenciais das Coordenações de Programas para alinhamento das práticas e dos indicadores de qualidade.

IC 2. Compromisso com uma dinâmica organizacional de **Salvaguarda Infantil** (com impacto nos PE2, PE4, PE8):

IC2.1. Sistematização e Estruturação Documental da Política de Salvaguarda Infante-Juvenil, assegurando compliance com as binding policies, assegurando avaliações de risco, sessões de formação e sensibilização e gestão de incidentes.

IC2.2. Reforço da Estrutura Central com maior acuidade contabilística, procedimentos financeiros, controlo orçamental e revisão da regulamentação anti-corrupção.

IC2.3. Desenvolvimento de métodos mais sólidos de reporte a doadores nos donativos com fins específicos.

IC2.4. Aumentar área de influência do movimento de Salvaguarda: reforçando a necessidade de uma política dentro do próprio Sistema de Promoção e Proteção.

IC 3. Maturação das estratégias de **Governança de Dados, Segurança de Informação e Tecnologia** (com impacto nos PE1, PE2, PE3, PE4, PE11):

IC3.1. Tornar a área de Base de Dados, Inteligência de Dados e Tecnologias de Informação uma coordenação transversal da Associação.

IC3.2. Desenvolvimento de Software de Gestão das Crianças, Jovens e Famílias, permitindo maior acompanhamento dos indicadores estatísticos e de qualidade.

³ O Programa Anos Incríveis é um programa de formação parental baseado em evidência científica que promove práticas educativas positivas, fortalecendo a relação entre pais e filhos e prevenindo comportamentos desafiantes. Foca-se no reforço da cooperação, da autoestima e das competências socioemocionais das crianças.



IC3.3. Integração de Informação Interna: melhoria de comunicação e eficiência entre softwares já em vigor e departamentos de gestão de bens da Associação.

IC3.4. Aposta no reforço da Segurança da Informação e na Gestão de Arquivo da Associação.

IC4. Cuidar da **Jornada do Colaborador**, diminuindo a taxa de rotação dos mesmos (com impacto nos PE4, PE5, PE6):

IC4.1. Desenvolvimento de uma estratégia sólida de Gestão de Desempenho, com objetivos claros e acompanhamento regular.

IC4.2. Aposta na sistematização sólida dos processos de Onboarding e Offboarding de colaboradores.

IC4.3. Aumento da proximidade com os colaboradores e serviços (aumento compliance laboral).

IC5. Consolidar a Estratégia de **Investimentos e Desinvestimentos** (com impacto nos PE2, PE9, PE10, PE11)

IC5.1. Implementação de Modelo de Controlo Orçamental, coordenado pela direção financeira e em estreita proximidade com todas as áreas e programas.

IC5.2. Desenvolvimento de estratégia de diversificação das fontes de receitas, com especial aposta no património da Associação: rentabilização dos ativos financeiros e patrimoniais da Associação canalizando para abertura de respostas inovadoras para a infância em vulnerabilidade.

IC5.3. Implementação de uma solução para o terreno de Bicesse onde vigorava o Centro Sénior, com apoio consultivo imobiliário.

IC5.4. Implementação do Plano do futuro de Bicesse, nomeadamente para as casas vazias do terreno relativo ao Acolhimento: espaço multisserviços dirigidos à infância, formação e arquivo da Associação.

IC5.5. Início do plano de sustentabilidade, melhorando a eficiência ao nível dos combustíveis (p.e. bombas de calor no território da Guarda e candidatura a veículos elétricos).

Das iniciativas acima destacam-se de maior peso nos resultados do orçamento as Iniciativas Centrais ligadas à abertura das novas respostas sociais e Academia (IC1.1, IC1.2 e IC1.5.) - particularmente pelo peso nos recursos humanos afetos e as referentes ao reforço de campanhas ligadas à missão da Associação e de IRS, considerando a consignação a 1% (IC1.3, IC1.6 e IC5.2), com acréscimos ao nível da publicidade e propaganda. Salienta-se com grande impacto também toda a Iniciativa Central 3 relacionada com a Gestão de Dados e Tecnologias, com investimento em recursos humanos e em equipamento e sistemas de informação e segurança. Das Iniciativas 4 e 5, com reflexo orçamental de assinalar temos o reforço da equipa de RH e os investimentos operacionais relacionados com os planos de sustentabilidade, respetivamente.



O orçamento para 2026 foi construído com base em pressupostos que asseguram o cumprimento das metas acima definidas. Foi construído de raiz um novo documento, designado de OGA (Orçamento Geral de Atividade), que permite (1) assegurar uma consolidação integrada de todas as áreas e programas, (2) ter um mecanismo de afetação orçamental organizada por área e programa, e (3) acompanhar a execução do orçamento em tempo real. Para efeito de comparativo com orçamento foi considerada a Previsão de Fecho de Ano 2025, adiante designada por PFA25.

Considerando o grau elevado de imprevisibilidade que existe, pelos motivos já expostos, no que respeita ao modelo de financiamento dos programas co-financiados pela Segurança Social foram desenvolvidas em paralelo duas variantes do orçamento para 2026 que constituem hipóteses de trabalho que visam introduzir maior clareza e comparabilidade na leitura e análise dos resultados.

Assim:

- No **Orçamento que propomos para 2026** assume-se em que será fechada a negociação com a Segurança Social no âmbito do RECAP e que ocorrerá de forma gradual ao longo de 2026 a abertura das respostas sociais na área de Programas que estão já sob negociação com os vários Centros Distritais da Segurança Social onde desenvolvemos respostas. O impacto no orçamento da aquisição dos meios necessários para o arranque das respostas sociais a iniciar (Apartamentos de Autonomização Lisboa e Guarda (2+2), CAFAP Cascais Sintra e financiamento estatal do CAFAP de Oeiras) é reconhecido, designadamente no que respeito a custos com equipamentos e instalações e recrutamento das equipas. Por outro lado, é igualmente reconhecido em termos orçamentais que a entrada das crianças, jovens e famílias nas respostas mencionadas será gradual ao longo do ano e sempre posterior à aquisição da capacidade para as receber. Acrescenta-se também o Projeto dos Anos Incríveis e o Boost para a Integração de jovens para os quais existe financiamento integral pela THSN da Generali e BPI Fundação “La Caixa”, respetivamente.
- Na **Variante 1** assume-se uma realidade conservadora no que respeita aos tempos das decisões governamentais, isto é, assume-se que em 2026 o modelo de financiamento pela Segurança Social mantém-se sem serem implementadas na prática as alterações que estão previstas/em curso. Nesta hipótese, que consideramos de probabilidade de ocorrência baixa, os programas em vigor mantêm-se como em 2025. A nível da organização, neste cenário minimalista mantém-se o reforço da **Estrutura** - aumento de eficiência, fortalecimento de procedimentos - e consolidação da nossa **Influência**, preparando a organização para o crescimento em programas previsto. Ou seja, esta hipótese pega no Orçamento proposto e retira-lhe o aumento gradual em 2026 do **Impacto** dos Programas cuja efetivação é dependente da alteração do modelo de financiamento pela Segurança Social.



- A **Variante 2** é um cenário teórico de referência, para efeitos comparativos. Numa lógica aditiva, é uma versão do Orçamento como se o ano de 2026 fosse um **ano de exploração completo com as vagas preenchidas** e, portanto, com os respetivos financiamentos da Segurança Social ao nível de frequência completa. Este cenário permite trazer uma visão integrada com um cenário de custos e proveitos num full year e visa demonstrar que o que está a ser proposto nas vertentes **Estrutura, Influência e Impacto** está a ser considerado num modelo proporcional e equilibrado, que não vai conduzir a organização para uma situação financeiramente complexa.

Orçamento 2026 - pressupostos

Para efeitos de orçamento para 2026, foram consideradas as seguintes premissas no que diz respeito aos **rendimentos**:

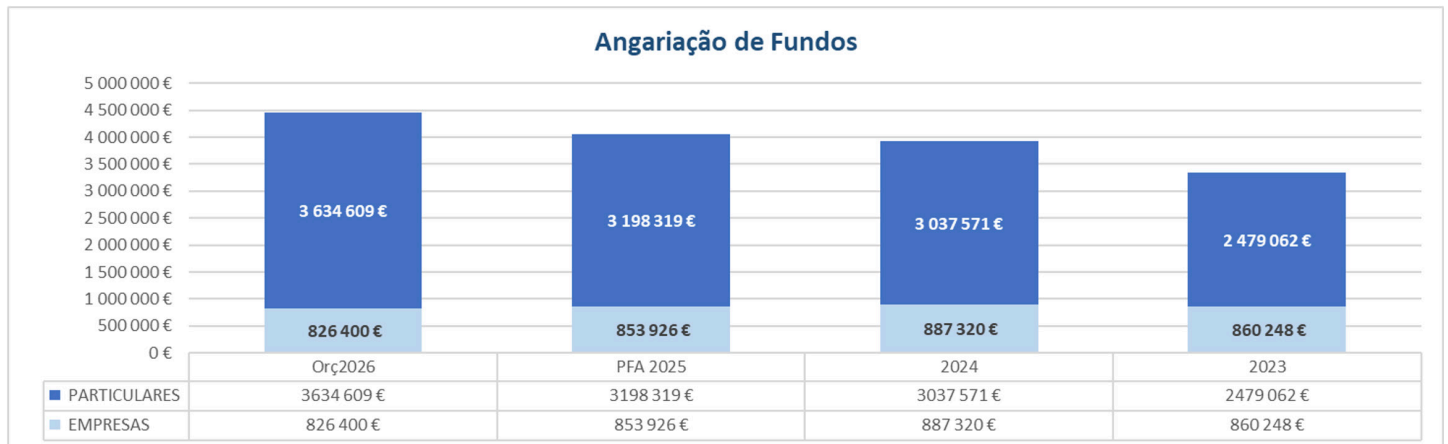
Nas Prestações de Serviço registamos as quotizações similares às esperadas para 2025.

Nos Subsídios, Doações e Legados à Exploração, dado o “Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – biénio 2025-2026”, consideramos para 2026 nos valores definidos para os acordos de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), Apartamentos de Autonomização, Equipas de Autonomia Supervisionada e Acolhimento Familiar o recebimento de acordo com o número médio de frequências de família ou jovens acompanhados. No caso dos Apartamentos de Autonomização e CAFAP, que estão em negociação para abertura conforme referido acima, considerámos uma gradual entrada de beneficiários, com início no segundo semestre. No caso das Casas de Acolhimento Residencial, considerou-se o valor global do Acordo de Cooperação a 100% (conforme previsto no referido Compromisso de Cooperação) no primeiro semestre, e assumiu-se a passagem para os valores previstos na portaria 95/2024/1 de 11 de março, e referidos como potenciais nas reuniões de negociação, para o segundo semestre. Ainda que tenha sido revogado o modelo de comparticipação avançado na referida portaria e permaneçam ainda desconhecidos os valores reais por criança em acolhimento residencial, há indicação que o valor será na ordem de 2.400 € por criança, tendo sido este o valor considerado.

Nos Subsídios de Outras Entidades, consideramos o apoio da Câmara Municipal de Cascais pelo programa CEVAR, o apoio da Câmara Municipal de Oeiras para o CAFAP de Oeiras e as verbas do IEFPP pelos estágios previstos.

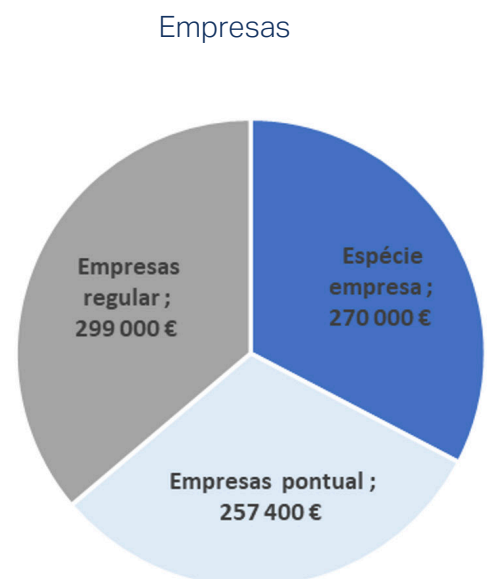
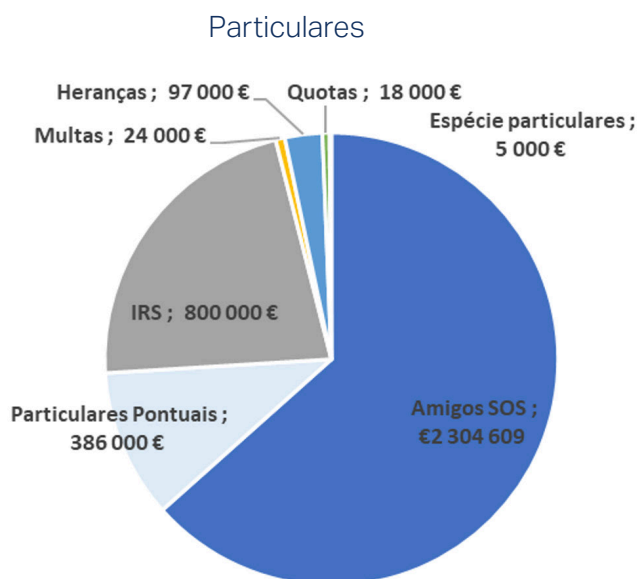


Relativamente à Angariação de Fundos, e fazendo uma análise com base nos dados históricos, verificamos um crescimento de 11% face à PFA25, sendo o crescimento em particulares mais expressivo, ascendendo a 14%.



Fazendo uma análise mais detalhada, atualmente as Angariações Particulares, representam 81% das angariações.

Repartição de Donativos



Nos Donativos Regulares de Particulares, prevendo um continuado crescimento do número de Amigos SOS em 2026, atingindo aproximadamente 26.757 Amigos SOS no final do ano 2026 (previstos 24.000 em 2025), foi estimada uma receita de cerca de 2.305.000€, que representa em 2026 um acréscimo de 7% em relação à PFA25. Para este montante foi considerado o trabalho das equipas de angariação de fundos internas e que operam em vários canais ("Face to Face, Door to Door, website, Voice to Voice").

Em Multas estimou-se um valor de cerca de 24.000€, semelhante ao previsto para 2025. Nos Donativos



Pontuais é estimado um aumento de 38% em relação ao previsto para 2025 com um valor de 386.000€, havendo um esforço adicional previsto na angariação de fundos através dos canais complementares como digital, telemarketing, MBWay e Facebook, que inclui uma nova campanha de Natal.

Nos Donativos de Empresas consideramos um montante de 826.400€, o que representa uma perda de 3% face à PFA25. Para este resultado, considerou-se que o recebimento do Prémio BPI Solidário foi um "evento extraordinário", não se perspetivando para 2026 o seu recebimento (historicamente a mesma instituição não é contemplada dois anos consecutivos). No entanto, estima-se um crescimento dos restantes donativos de empresas.

Nos Donativos em Espécie consideramos um aumento de 70.000€, em relação ao estimado para 2025, o que representa um aumento de 35% resultado da política atual de angariação e afetação de bens e serviços doados.

Nos Legados, consideramos o valor de 97.000€ que nos foram legados em 2024, mas que ainda não foram recebidos. O seu reconhecimento será feito aquando do seu recebimento, que poderá ocorrer apenas no exercício de 2026.

A verba da campanha de Consignação do IRS é estimada em 800.000€, dado o aumento da taxa de consignação de IRS de 0,5% para 1%.

Na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos incluem as rendas do Património, que foram estimadas em cerca de 280.000€ para 2026, montante similar ao ano de 2025. São mantidas na Rua José Dias Coelho no mercado de arrendamento várias das frações da Associação, exceto, as que estão alocadas ao funcionamento dos serviços da Sede às quais se vai juntar o 2º andar esquerdo frente. Ainda neste prédio a fração do 3º andar direito está atualmente afeta a Apartamento de Autonomia, à qual se prevê acrescer o 3º esquerdo para esta mesma resposta. No prédio da Rua dos Lusíadas mantêm-se no mercado de arrendamento as mesmas unidades do ano de 2025, exceto o apartamento do 4º andar direito que vai ser convertido no segundo apartamento de autonomia deste prédio. Quanto ao prédio da R. Quirino da Fonseca, em que a Associação é proprietária em 50%, continuam a ser consideradas as rendas de 11 apartamentos em pleno. Para 2026 foi considerado o aumento legal de 2,24% das rendas atuais em vigor.

Em Outros estão consideradas os valores a recuperar do IVA dos bens alimentares e obras nos edifícios afetos à exploração, o reembolso da SOS Internacional pelos custos de uma colaboradora ao seu serviço e correções de exercícios anteriores. Partilhar que as verbas de 2025 estão afetadas pelas mais valias da alienação Rio Maior em 143.250 € e de duas viaturas em 10.500€.



Os Juros e Outros Rendimentos Similares são estimados em 78.000€ que representa um decréscimo de 26.000€ em relação ao valor estimado para 2025, dados os investimentos previstos para 2026 e consequente diminuição de tesouraria.

Para as receitas da Segurança Social admitiu-se no Orçamento a abertura de novas respostas no segundo semestre de 2026, com entradas e frequências faseadas. Estimou-se que as receitas da Segurança Social ascenderão a 2.481.087€.

Na Variante 1, as receitas da Segurança Social mantêm-se em linha com os valores de 2025, fixando-se em 2.534.187€, cerca de 53.000€ acima do apresentado no orçamento proposto. Para nota e caso estas respostas estivessem ocupadas a 100% durante todo o ano (Variante 2) a receita esperada via Segurança Social ficaria em 2.855.322€, o que representa um crescimento face ao Orçamento de 374.235€, ou seja, 15%.

No que se refere aos **Gastos**, os pressupostos são os seguintes:

O valor previsto para 2026 foi calculado com base na PFA25, com as atualizações previstas.

Em Fornecimentos e Serviços externos, os Trabalhos Especializados e Honorários refletem, tal como nos anos anteriores, a continuação da aposta na angariação de fundos com “equipas de rua”, para continuar a desenvolver o “Face to Face(F2F)”, o “Door to Door (D2D)”, a angariação Digital, Telemarketing (TMKNG) e reforço da fidelização durante ano de 2026. Tal como em anos anteriores, prevê-se atuar com equipas em várias localidades em simultâneo e mantendo equipas e coordenação permanentes a Norte e a Sul. Os Trabalhos Especializados incluem ainda os contratos que estão em vigor com intervenções nos programas e outros, tais como serviços de jardinagem, limpeza, revisão e implementação de medidas de autoproteção e (Sistemas Incêndio) SCl, manutenção de equipamentos, serviços de contabilidade, manutenção do Programa Primavera, assistência informática, base de dados e apoio jurídico entre outros.

Foram também contratados serviços de vigilância para Bicesse que incluem o edifício da antiga Residência Sénior, dado não estar em funcionamento.

Nas Atividades e Despesas com Crianças, foi considerado para 2026 uma atualização de cerca de 40.000€, em relação a 2025. As Atividades e Despesas com Crianças totalizam 227.102€ de modo a continuar a apoiar o desenvolvimento de atividades com programas que respeitam as características individuais das crianças e jovens, por forma a providenciar os recursos necessários para que cada criança e jovem atinja o seu potencial não só escolar, como humano e social.



Nos Outros Fornecimentos e Serviços Externos consideramos um acréscimo de 5.000€ com ajuste ao valor previsto da inflação para 2025.

Os Produtos e Serviços Doados apresentam um acréscimo de 20.000€ em sintonia com o registado nos rendimentos, sendo que ambas as situações, em conjunto, têm impacto nulo no resultado.

Nos custos com Recursos Humanos as remunerações registam um acréscimo aproximado de 518.866€ em relação à PFA25, o que representa um aumento de 12%, em resultado de:

- Atualizações salariais - Para salários inferiores a 1.000€ mensais, esta atualização é de 57€ mensais; e para vencimentos superiores, uma atualização de 2,15%, alinhado com os valores praticados para a função pública.
- Aumento da massa salarial resultante de os recursos contratados ao longo do ano de 2025 serem considerados em 2026 durante o exercício completo.
- Considerou-se ainda um aumento subsídio de almoço mensal de 9,6€ para 10,20€ com impacto previsto que ascende a 24.684€.

Além dos efeitos descritos acima (que na Variante 1 do orçamento são a única alteração em custos de RH relativamente à PFA25) prevê-se para 2026 um aumento significativo da massa salarial resultante da incorporação/contratação dos RH necessários às novas respostas. É importante referir que estas novas admissões estão previstas de forma gradual ao longo do ano, mas sempre anteriores ao arranque dos programas novos, uma vez que os recursos têm de estar "disponíveis" desde o momento da abertura, independentemente do número de crianças e jovens a frequentar as respostas nos diferentes momentos. Assim, e para referência, temos um aumento de RH afeto a estas novas respostas no montante de 162.397€.

Para formação foi considerado um valor de 37.000€, continuando os esforços para se obter formação de forma gratuita.

Foi ainda considerada uma taxa de absentismo de 3% para o exercício de orçamento.

Os Outros Gastos e Perdas apresentam um decréscimo de cerca de 50.000€, que se deve na sua maioria à alteração do valor anual a pagar de quota à Federação da SOS Internacional, que se passou a dividir num valor substancialmente inferior contabilizado nesta rubrica e em prestações de serviços.

Os Gastos de depreciação e de amortização previstos para 2026 são semelhantes aos estimados para o fecho do ano de 2025, pois, apesar de ao longo do ano estarem previstos vários investimentos, também se conclui a depreciação de diversos ativos.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
			Δ ORÇ 26 / PFA 25			Δ ORÇ 26 / ORÇ 25	
DR	2026	PFA 2025	Δ	%	ORÇ 2025	Δ	%
Segurança Social	2 481 087 €	2 492 086 €	- 10 999 €	0%	2 440 000 €	41 087 €	2%
Donativos Empresas	826 400 €	853 926 €	-27 526 €	-3%	605 000 €	221 400 €	37%
Donativos Particulares	3 634 609 €	3 198 319 €	436 290 €	14%	3 060 000 €	574 609 €	19%
DAFMaC	4 461 009 €	4 052 245 €	408 764 €	10%	3 665 000 €	796 009 €	22%
Arrendamento	281 268 €	279 584 €	1 684 €	1%	280 000 €	1 268 €	0%
Receitas	7 223 364 €	6 823 915 €	399 449 €	6%	6 385 000 €	838 364 €	13%
Subs. Exploração	42 749 €	23 251 €	19 498 €	84%	20 000 €	22 749 €	114%
Outros Rendimentos - Plano Acess	65 947 €		65 947 €		- €	65 947 €	
Rendimentos Diferidos	117 000 €	134 000 €	-17 000 €	-13%		117 000 €	
Outros Rendimentos	127 718 €	308 143 €	-180 425 €	-59%	110 000 €	17 718 €	16%
Proveitos	7 576 778 €	7 289 309 €	287 469 €	4%	6 515 000 €	1 061 778 €	16%
Alimentação	195 000 €	192 000 €	3 000 €	2%	205 000 €	-10 000 €	-5%
FSE	2 173 090 €	1 933 000 €	240 090 €	12%	1 632 000 €	541 090 €	33%
Gastos com Pessoal	4 880 523 €	4 361 658 €	518 866 €	12%	4 036 000 €	844 523 €	21%
Outros Gastos e Perdas	139 822 €	191 908 €	-52 086 €	-27%	226 000 €	-86 178 €	-38%
Custos	7 388 435 €	6 678 566 €	709 870 €	11%	6 099 000 €	1 289 435 €	21%
EBITDA	188 343 €	610 744 €	-422 401 €	-69%	416 000 €	-227 657 €	-55%
Mg EBITDA (%)	2%	8%			6%		
Amortizações	442 000 €	444 729 €	-2 729 €	-1%	449 500 €	-7 500 €	-2%
EBIT	- 253 657 €	166 015 €	-419 672 €	-253%	- 33 500 €	-220 157 €	657%
Mg EBIT (%)	-3%	2%	-0 €	-247%	-1%	-2 €	47935%
Juros	78 283 €	104 196 €	-25 913 €	-25%	74 500 €	3 783 €	5%
RL	-175 374 €	270 211 €	-445 585 €	-165%	41 000 €	-216 374 €	-528%

Para 2026, e considerando que se trata de um ano de transição, com novos pressupostos de atuação e compromissos com a Segurança Social, estimamos uma Margem Operacional de 188.343€ (Mg EBITDA de 2%) e um Resultado Líquido do Exercício negativo de 175.374€.

Relativamente à Variante 1, a Margem Operacional é de 403.840€ (Mg EBITDA de 5%) e Resultado Líquido de Exercício de 40.123€.

Se considerarmos o ano completo, Variante 2, a Margem Operacional é de 401.578€ (Mg EBITDA de 5%) e um Resultado Líquido do Exercício de 37.861€.